



ESTADO DA ARTE: OS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA E OS POVOS DO CAMPO UMA ANÁLISE NO CONTEXTO DA PÓS- GRADUAÇÃO

Jerusa Cassal de Almeida¹
Liz Cristiane Dias²

RESUMO

O estudo em tela insere-se no âmbito do Ensino de Geografia. Em vista disso, o objetivo geral desta pesquisa é averiguar se existem nos cursos pós-Graduação em Geografia pesquisas envolvendo os livros didáticos e os povos do campo. Os objetivos específicos foram: realizar consultas no portal de dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES; analisar os documentos encontrados e identificar a presença ou não dos povos do campo nas pesquisas realizadas nos últimos anos por estudantes dos cursos de pós-graduação em Geografia. Assim sendo, a pesquisa busca refletir sobre as políticas educacionais voltadas para a educação do campo, apresentando quem são os povos do campo e as políticas pertinentes aos livros didáticos. Por fim, o Estado da arte realizado demonstra a diversidade de temas relacionados aos livros didáticos pesquisados na pós-graduação, porém aponta uma lacuna entorno da temática livros didáticos e os povos de campo.

Palavras-chave: livros didáticos, povos do campo, ensino e aprendizagem, pós-graduação.

RESUMEN

El estudio en pantalla es parte de la enseñanza de la geografía. Ante esto, el objetivo general de esta investigación es conocer si existe investigación en cursos de posgrado en Geografía que involucran libros de texto y pueblos rurales. Los objetivos específicos fueron: realizar consultas sobre el portal de tesis de la Coordinación de Perfeccionamiento del Personal de Educación Superior-CAPES; analizar los documentos encontrados e identificar la presencia o ausencia de personas del campo en investigaciones realizadas en los últimos años por estudiantes de posgrados en Geografía. Por tanto, la investigación busca reflexionar sobre las políticas educativas orientadas a la educación rural, presentando quiénes son los pobladores rurales y las políticas relevantes para los libros de texto. Finalmente, el estado del arte realizado demuestra la diversidad de temas relacionados con los libros de texto investigados en los estudios de posgrado, pero apunta a una brecha en torno al tema de los libros de texto y las personas de campo.

Palabras clave: libros de texto, población rural, enseñanza y aprendizaje, posgrado.

¹ Mestranda do Curso de Pós-Graduação Em Geografia da Universidade Federal de Pelotas - UFPEL, jerusacassal@hotmail.com;

² Prof^a.Dr^a. do Departamento do Instituto de Ciências Humanas de Geografia da Universidade Federal de Pelotas-UFPEL, lizcdias@gmail.com;



INTRODUÇÃO

Os livros didáticos remontam a época do Brasil imperial e até hoje são utilizados como recurso didático. Existem discussões entorno do uso ou não deste material em sala de aula, pois em alguns casos podem ser vistos como mantenedores de discursos e reforço de estereótipos. Mesmo com os avanços ocorridos nas últimas décadas acerca das políticas públicas educacionais voltadas para os livros didáticos e avaliação das obras distribuídas nas escolas, ainda alguns temas não são retratados nestes materiais

Em vista disso, o objetivo geral desta pesquisa é averiguar se existem nos cursos de Pós-Graduação em Geografia pesquisas envolvendo os livros didáticos e os povos do campo. Os objetivos específicos foram: realizar consultas no portal de dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES; analisar os documentos encontrados e identificar a presença ou não dos povos do campo nas pesquisas realizadas nos últimos anos por estudantes dos cursos da pós-graduação. Dessa forma, é preciso elucidar que a pesquisa em tela está em fase inicial e o Estado da Arte aqui apresentado é apenas um dos recortes utilizados durante a elaboração da dissertação a ser concluída em 2022.

Mediante o que foi exposto, no decorrer dos anos as políticas públicas progrediram em relação à educação do campo. Haja vista, a Resolução CNE/CBE de 2002, lei responsável por instituir as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), que dispões sobre a educação dos habitantes do campo e também sobre a formação específica de educadores para as escolas do campo. Estas leis representam um marco, porém muito ainda é preciso evoluir para que a educação do campo realmente seja voltada para os moradores deste espaço considerando sua cultura e seu modo de vida. No entanto, em alguns casos a educação do campo segue os princípios da educação desenvolvidas nas escolas urbanas, isto é, as mesmas metodologias e currículos são utilizados distanciados do cotidiano dos estudantes, a lei existe e assegura uma educação específica para as áreas rurais, mas nem sempre é executada na prática. No atual governo, onde predomina os interesses dos ruralistas, os povos do campo vêm sofrendo retaliações com cortes em diversos programas, incluindo o Pronea que é de suma importância para a educação do campo.

Portanto, este estudo justifica-se para corroborar a relevância de efetuar a análise da representação dos povos do campo nos livros didáticos de Geografia, pois as pesquisas envolvendo a temática dos livros didáticos demonstram que estes materiais, além de uma mercadoria são artefatos culturais, já que retratam o acúmulo de conhecimento desenvolvido



pela sociedade. (BITTENCOURT, 1993, p.3). Desse modo, o Brasil possui dimensões continentais e as coleções não abarcam todas as realidades e pela localização de grandes editoras no Sudeste acaba que outras realidades não são consideradas na elaboração destes materiais.

O Programa Nacional dos Livros Didáticos-PNLD do campo, estabelece a necessidade das coleções abordarem a identidade e a realidade dos estudantes das escolas rurais, porém nem sempre estas coleções contemplam estes atores e o que se pode perceber pelas pesquisas desenvolvidas nos últimos tempos é a inviabilização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais nas páginas de livros didáticos em circulação no país tanto nas coleções desenvolvidas para as áreas rurais quanto para as áreas ditas urbanas. (ALMEIDA, 2019; CARVALHO, 2016; MEIRELES, 2014).

METODOLOGIA

O Estado da arte é um recurso bastante utilizado quando o(a) pesquisador (a) necessita realizar o mapeamento do que foi produzido até o momento sobre a temática estudada, além disso é possível identificar lacunas em diversas áreas do conhecimento. As pesquisas denominadas estado da arte possuem um caráter bibliográfico e envolvem diferentes aspectos e podem abarcar diferentes documentos conforme a citação a seguir.

“Definidas como de caráter bibliográfico, parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vem sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições tem sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários”. (FERREIRA, 2002, P.258).

Romanowski e Ens (2006) corroboram com essa afirmação, pois identificam a importância do estado da arte para “apontar caminhos que vem sendo tomados e aspectos que são abordados em detrimento de outros”. Ademais, essas pesquisas “contribuem para o campo teórico de uma área do conhecimento e apontam restrições sobre o campo pesquisado”. (ROMANOWSKI E ENS, 2006, P.39). Para as autoras, os estudos realizados a partir de uma sistematização de dados denominada “estado da arte”, recebe essa denominação quando abrange toda uma área de conhecimento, nos diferentes aspectos que geraram produções.

Segundo as autoras os principais passos seguidos para a realização de um estudo da arte são: 1) definição de descritores 2) localização dos bancos de pesquisas; 3) estabelecimentos de critérios para a seleção do corpus da pesquisa; 4) levantamento de teses e dissertações; 5) leitura das publicações e elaboração de síntese e relatório; 6) elaboração das conclusões. Desse modo,



Romanoviski e Ens (2006) alertam sobre a organização de conjunto de resumos de uma determinada área do conhecimento, visto que “[...]pode nos contar uma história de sua produção acadêmica. Mas é preciso pensar que nesta História foram considerados alguns aspectos dessa produção e que nela há certas limitações”. Ferreira (2002) salienta que o estado da arte possui limitações quanto os resumos disponíveis nas plataformas para acessar as teses e dissertações, pois “é verdade que nem todo resumo traz em si mesmo e de idêntica maneira todas as convenções previstas pelo gênero: em alguns falta a conclusão da pesquisa; [...] o percurso metodológico[...]”. Dessa maneira, mesmo sabendo das limitações desta metodologia, o estado da arte oferece as ferramentas necessárias para realizar o levantamento acerca da temática desenvolvida atendendo os objetivos deste estudo. Nesse sentido, foi realizada uma busca no portal de Catálogos de Teses e Dissertações pertencente à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES para obter acesso à produção científica realizada em torno do estudo proposto.

REFERENCIAL TEÓRICO

Nos últimos anos no âmbito do Ensino de Geografia cresceu o interesse de pesquisadores(as) pelos livros didáticos. Assim sendo, uma das pioneiras em pesquisar os livros didáticos de Geografia foi Ivaine Tonini. Dito isso, Tonini (2002, p. 31) aponta a existência de “uma demarcação de fronteiras entre as identidades, gerando oposição binárias: ocidental/não ocidental; urbano/rural; centro/ periferia; adulto/idoso; homem mulher. Todas essas oposições são exemplos de identidades classificadas de forma polarizada”. Assim sendo, a autora ressalta que o primeiro termo da posição binária é entendido como superior e correto, desejável.

Segundo Copatti (2018) os livros didáticos podem ser utilizados em sala de aula desde que o professor possua autonomia com relação ao livro didático e sua prática docente. Pesquisas envolvendo a representação dos povos do campo nos livros didáticos de geografia demonstram a invisibilidade destes atores. Ao analisar coleções destes materiais fica evidente a presença de um discurso urbano e representação do campo visto como espaço voltado para o agronegócio. (ALMEIDA, 2019; MEIRELES, 2019). A diversidade é um importante fator para a aprendizagem por isso estudar outros povos tidos como subalternizados contribui para o desenvolvimento social dos estudantes. Nas palavras de Copatti e Callai (2018, p.238) “o exercício do olhar mostra-se essencial para que se realize uma análise sobre o modo como se relacionam e se conflitam diferentes grupos [...] em contextos geográficos distanciados e diversos”.



Cabe nesta seção definir quem são os habitantes do espaço rural, já que fazem parte dos recortes da pesquisa, assim como se torna fundamental compreender o conceito de Educação do Campo. Em vista disso, os povos do campo muitas vezes estão associados a imagens pejorativas relacionados como povos “subalternos” em comparação com os habitantes das áreas ditas urbanas. O campo em muitos casos está atrelado a visão de atraso e preconceito, porque o discurso urbano reforça a ideia de que para melhorar as condições econômicas as pessoas devem ir viver na cidade. Perante isso, a educação do campo é entendida em várias ocasiões como uma continuidade da educação desenvolvida nos espaços urbanos. Munarim apresenta os motivos desse entendimento enraizado no Brasil.

Na sociedade brasileira como um todo, incluindo-se as organizações de docentes, a visão urbanocêntrica, de raízes fincadas na ideologia desenvolvimentista de caráter urbano-industrial é amplamente hegemônica, razão pela qual a questão da educação dos povos que vivem no campo recebe pouca atenção ou atenção enviesada da sociedade e das instituições públicas. Apesar e por causa disso, engendra-se um movimento social e pedagógico, bem como construção de conhecimento, em torno da temática da Educação do Campo. (MUNARIM, 2008, P.1)

Esta concepção do rural como algo estagnado também se relaciona à mídia, visto que, novelas produzidas pela rede Globo mostram os camponeses deixando o campo para viver na cidade ou associando os personagens do campo as pessoas ‘ignorantes’, ‘sem cultura’. Na literatura, a obra Os sertões de Euclides da Cunha, apresenta o discurso vigente no período histórico que foi escrito, no qual havia a ideia de modernização baseada na sociedade europeia. Para Carvalho (2016, p.79) o discurso nesta obra “reproduz uma imagem do Outro a partir do mundo litorâneo e também é escrito para um grupo que se encontra no litoral, que é letrado, urbano e elitizado”. o personagem Jeca Tatu de Monteiro Lobato reforça este estereótipo, segundo Carvalho (2016, p.85) “[...] criado em 1914 para retratar o homem do campo, que é representado pela tristeza, falta de saúde, anêmico, preguiçoso e incapaz de “evoluir”, se configura como o modelo contrário da sociedade higiênica que se pretendia”. Assim sendo, Rodrigues e Bonfim (2017, p.1376) complementam essas afirmações ao considerar que “nessa perspectiva, verifica-se que as pessoas do campo sempre foram consideradas sem cultura, sem educação e, pior, como se servissem apenas para trabalhar no campo, e que, portanto, não precisariam de uma educação formal”.

O uso do termo “Educação do Campo” perpassa “[...] ao conjunto de trabalhadoras e de trabalhadores do campo, sejam os camponeses, incluindo os quilombolas, sejam as nações indígenas, sejam os diversos tipos de assalariados vinculados à vida e o trabalho no meio rural”. (FERNANDES; CERIOLI; CALDART, 2011, P.25). A nomenclatura “Educação do Campo” surge em 2002, após alguns debates muitos pesquisadores consideraram a expressão campo e



não meio rural, porque aponta para o trabalho camponês, as lutas sociais e culturais daqueles que sobrevivem do trabalho no campo”. (SANTOS; VIZOLLI; STEPHANI, 2016). Contudo, o conceito normativo de “Educação do Campo” foi posteriormente adotado na legislação em 2008. De acordo com Munarim (2016, p. 497) “no discurso oficial, entretanto, de maneira documentada e como conceito normativo, só vai ser adotada a terminologia “educação do campo” em 2008, ou seja, dez anos após a 1ª Conferência, quando é publicada a Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008”. Assim sendo, se faz necessário pontuar as décadas de 1980 e 1990, período em que não por acaso destacam-se algumas lutas camponesas. “A partir desse contexto origina-se o ideário de uma educação proveniente de estudantes do campo voltada para o campo. Por isso, trata-se de um projeto popular onde as raízes, identidade e costumes dos povos do campo precisam ser consideradas [...]”. (ALVES; ALMEIDA; VIEIRA, 2020).

Diante disso, para se refletir em torno da identidade daqueles que habitam o campo é preciso resgatar o termo camponês (a), pois abarca as lutas históricas e ideológicas dos povos do campo. Fernandes, Cerioli e Caldart (2011, p.25) enfatizam que é um conceito histórico e político. Além disso, apesar de genérico, este conceito engloba a diversidade de sujeitos. Dessa forma, cada região do país utiliza termos específicos para designar os habitantes do meio rural e alguns termos estão associados de maneira pejorativa aos habitantes do campo, e sua identidade e diversidade são inviabilizadas, o que não ocorre com os proprietários de terras e meios de produção no campo.

“No Brasil, em algumas porções do Centro-Sul, tem a denominação de *caipira*. *Caipira* é uma variação de *caipora*, que vem do tupi *kaa'pora*, em que *'kaa'* significa mato e *pora* significa habitante. No Nordeste é *curumba*, *tabaréu*, *sertanejo*, *capiaú*, *lavrador*... No Norte é *sitiano*, *seringueiro*. No Sul é *colono*, *caboclo*... Há um conjunto de outras derivações para as diversas regiões do País: *caiçara*, *chapadeiro*, *catrumano*, *roceiro*, *agregado*, *meeiro*, *parceiro*, *parceleiro* entre muitas outras denominações, e as mais recentes são: *sem terra* e *assentado*.” Estes termos, nos dicionários, trazem tanto um conteúdo valorativo, quanto depreciativo. [...] Todavia, grande parte dessas palavras desapareceram do vocabulário cotidiano e hoje só encontramos nos dicionários e no folclore que resiste. Essas palavras **denominam** antes de mais nada, **o homem, a mulher, a família que trabalha na terra. Seus significados jamais são confundidos com outros personagens do campo: fazendeiros, latifundiários, seringalistas, senhores de engenhos, coronéis, estancieiros... As palavras exprimem as diferentes classes sociais.** [...]”. (FERNANDES, CERIOLI e CALDART, 2011, P.25-26, *grifos da autora*)

A desigualdade faz parte também do espaço rural assim como está presente no espaço urbano. Os termos apresentados podem valorizar ou não os atores que habitam o campo, é importante frisar quem são estes povos habitantes do espaço rural que possuem uma grande diversidade étnica e cultural. Munarim (2008, p.2) define os povos do campo como “[...]”



peças que pertencem a grupos identitários, cuja produção da existência se dá fundamentalmente a partir da relação com a natureza, direta ou indiretamente, vivam essas populações nas sedes de pequenos municípios ou nas florestas [...]. Esta definição contempla as diferentes identidades relacionadas ao espaço rural, e assim como a definição anterior compreende os povos do campo aquelas populações, as quais produzem suas condições materiais de existência através do trabalho no campo e são formadas por famílias. Nota-se o uso de termos pelos legisladores como caixaras, caboclos para se referir a população campesina não é utilizado o termo camponês em nenhum momento.

Por isso, utilizar os termos “povos do campo” e “educação do campo” nesta pesquisa, é necessário, já que estes conceitos contemplam a diversidade da população que vive no espaço rural e suas lutas pela terra e pelo direito constitucional de ter acesso à educação. O campo envolve lutas e tensões e movimentos que buscam a reforma agrária e a qualidade na formação dos profissionais das escolas do campo e conteúdos, metodologias e materiais didáticos que permitam uma formação humana, pois o cotidiano dos estudantes deve ser abordado nas aulas fomentando a criticidade dos alunos para uma formação cidadã perante os desafios decorrentes da modernidade e do modelo econômico vigente.

Isto exposto, a História oferece o aporte necessário para compreendermos a articulação das políticas públicas envolvendo o espaço rural atualmente. O passado escravocrata nos mostra que mesmo hoje com avanços nas políticas educacionais relacionadas aos povos do campo, os preconceitos existem e fomentam exclusões e polarizações. Desse modo, nas palavras de Barbosa e Rosset (2017, p.30), não devemos omitir “[...] o peso simbólico-ideológico e as implicações socioculturais, políticas e jurídicas dos 380 anos do regime escravocrata brasileiro na constituição do Estado-nação no Brasil, bem como no antagonismo de classe que se incrusta, em definitiva, na contradição campo-cidade”. No início do século XX é que a educação rural passou a fazer parte das leis brasileiras a preocupação das elites da época era conter as migrações “incorporando, no período, o intenso debate que se processava no seio da sociedade a respeito da importância da educação para conter o movimento migratório e elevar a produtividade no campo”. (SECADI, 2012). Desse modo, fica claro os interesses das elites em manter os camponeses no espaço rural para garantir a mão-de-obra e conseqüentemente maior ganho econômico.

O 1º Congresso da Agricultura do Nordeste Brasileiro em 1923, fomentou o surgimento dos Patronatos na pauta das questões agrícolas que deveriam ser cuidadosamente estudadas. Em vista disso, “os Patronatos, instituições nas quais as elites mantinham controle dos



trabalhadores e associava educação e trabalho, e encarava este como purificação e disciplina, superando a ideia original que o considerava uma atividade degradante”. (SECADI, 2012). Tafarel e Molina (2012) comentam acerca dos interesses das classes dominantes que utilizam seu poder hegemônico até mesmo nas instâncias jurídicas, “as leis são asseguradas pelos aparatos legais, institucionais, ou, então, por aparatos que se imponham mediante rebeliões e insurreições, coerção ou cooptação à vontade de uns (classe dominante) da vontade de outros (classe trabalhadora)”. Os autores elucidam como ocorre a ação do capitalismo em diversos períodos da História do país atrelado à Educação. Os interesses capitalistas prevalecem e a importação de sistemas educacionais do exterior, muitos deles advém dos Estados Unidos, não são planejados para serem aplicados na realidade brasileira desconsiderando as diferenças culturais e o sistema educacional para a educação do campo não existia. O Pronera representa um marco nas políticas públicas voltadas para a educação do campo, é um exemplo de como a pressão popular aliada aos movimentos sociais podem contribuir para que algumas mudanças aconteçam. A educação do campo esteve à margem das políticas públicas no Brasil até a década de 1990. Mediante este cenário, surge o Pronera “[...] política de educação do campo focada no desenvolvimento dos assentamentos da reforma agrária, proporcionando aos assentados acesso aos diversos níveis de escolaridade”. (GONÇALVES, 2016, P. 372). No atual governo, conforme anteriormente mencionado, ocorreram cortes envolvendo as políticas educacionais do campo e o Pronera acabou extinto representando um retrocesso no para a educação do campo.

Uma outra implementação importante foi o PNLD voltado para o campo, instituído por meio da Resolução nº 40/2011 passou a ser distribuído em 2013 nas escolas do campo. Em alguns contextos, a falta de uma sala de mídia, torna os livros didáticos os únicos recursos didáticos disponíveis nas escolas. Sendo assim, a referida lei em seu artigo 1º estabelece que seu objetivo é “prover as escolas públicas de ensino fundamental que mantenham classes multisseriadas ou turmas seriadas do 1º ao 5º ano em escolas do campo com livros didáticos específicos no âmbito do Programa Nacional do Livro Didático do Campo (PNLD Campo)”. (PNLD, 2013).

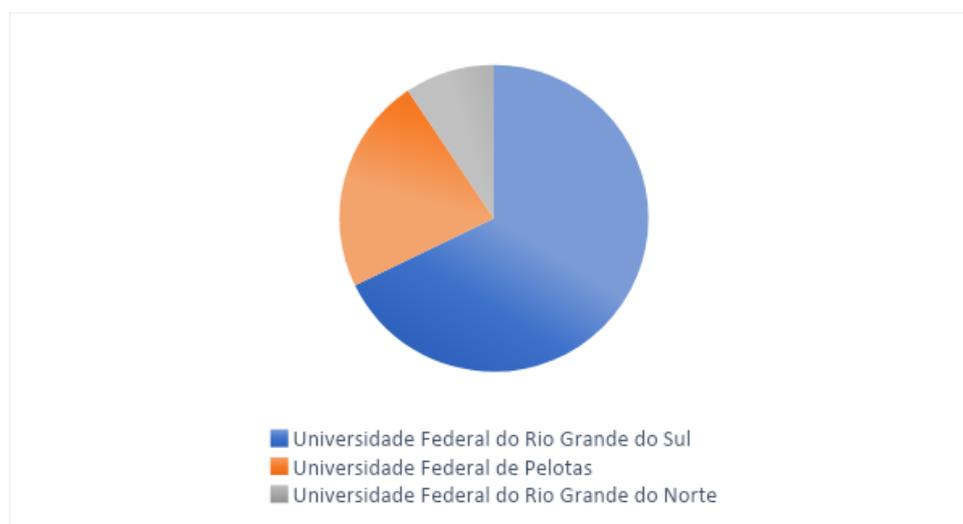
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Num primeiro momento a busca ocorreu no portal de teses e dissertações da CAPES. Para tanto, no campo correspondente a grande área do conhecimento foi aplicada o filtro: Ciências Humanas, em seguida a área do conhecimento adicionada foi: Geografia. Além disso, foram escolhidos os três anos mais recentes disponíveis no portal, assim sendo foram



selecionados os anos de 2016, 2017 e 2018. Já a área de avaliação selecionada foi Geografia e no campo área de concentração foram selecionados: Ensino de Geografia; Dinâmicas de produção do espaço e Ensino de Geografia; Geografia: Ambiente, Ensino e Território. A escolha destas três áreas de concentração se deu em virtude da limitação encontrada na plataforma ao selecionar apenas Ensino, os resultados encontrados foram 18 dissertações da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, porém as pesquisas encontradas eram voltadas para outras temáticas. Perante isso, as três áreas de concentração já citadas ampliaram o universo estudado para 149 resultados. Neste contexto, as publicações das teses e dissertações avaliadas pertencem às respectivas instituições: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, (UFRGS) totalizando 101 pesquisas, Universidade Federal de Pelotas, (UFPEL) com 34 pesquisas e Universidade Federal do Rio Grande do Norte, (UFRN) apresentando 14 trabalhos. O percentual da produção dos pesquisadores das universidades supracitadas é demonstrado na figura 1 a seguir.

Figura 1- Produção acadêmica da Pós-Graduação em Geografia entre 2016/2017/2018



Fonte: organizado pela autora.

Ao realizar a leitura dos resumos, das palavras-chave e linha de pesquisa este número reduziu para 46 teses e dissertações. Para organizar as linhas de concentração foram criados eixos para agrupar as teses e dissertações mais relevantes para o desenvolvimento deste estudo. Por conseguinte, os eixos criados foram: formação de professores, ensino e aprendizagem de geografia e metodologia do ensino de Geografia. A partir disso, os trabalhos selecionados encontram-se situados nas linhas de pesquisa de ensino e metodologia do ensino de Geografia, na qual a presente pesquisa se insere. Como resultado final foram selecionados 14 documentos conforme o quadro 1, onde estão agrupados os trabalhos que compõem o *corpus* deste estudo,



todos pertencentes a pós-graduação em Geografia e estão ordenados de acordo com a distribuição dos trabalhos na página do *site*.

Quadro 1- Teses e dissertações analisadas

Título	Autor(a)	Instituição	Tese/Dissertação	Ano
O ensino de fundamentos de climatologia nos livros didáticos de geografia do terceiro e quarto ciclo do ensino fundamental	Simone Portelinha Rivaroli	UFPEl	Dissertação	2016
O Ensino da Cartografia a partir das propostas de Alfabetização Cartográfica nos Livros Didáticos de Geografia para os Anos Iniciais	Suelen Ramos Novack	UFPEl	Dissertação	2016
Livro didático de geografia: entre o impresso e o digital	Joaquim Rauber	UFRGS	Dissertação	2016
Possibilidades no ensino de geografia: o uso de tecnologias educacionais digitais'	Liliane Redu Knuth,	UFPEl	Dissertação	2016
Geografia escolar: práticas de ensino de conceitos, procedimentos e atitudes	Jane Cláudia Cabral Bragelone	UFRGS	Dissertação	2017
A abordagem fenomenológica e sua relação com mapas mentais no processo de ensino aprendizagem em geografia	Raissa Brum Gonçalves de Avila	UFPEl	Dissertação	2018
O programa nacional do livro didático e o ensino de geografia na rede pública de Parnamirim - RN	Francisco Ferreira das Chagas Nascimento	UFRN	Dissertação	2018
Geozine: linguagem para o ensino do conteúdo de região na geografia escolar	Antonio Marcos Gomes da Silva	UFRN	Dissertação	2018
A paisagem no ensino de geografia práticas pedagógicas no 6º ano do ensino fundamental ii, município de São Paulo do Potengi/RN	Moises Gomes Advincula Junior	UFRN	Dissertação	2018
Ensino de geografia e experiência metodológica com a produção de livros digitais: é com um clique que se vira a página?	Jemima Silvestre da Silva	UFRN	Dissertação	2018
Geografia na educação do campo: possíveis contribuições	Christiano Correa Teixeira	UFRGS	Dissertação	2016
A ordem do discurso geoescolar	Bruno Batista Nunes	UFRGS	Tese	2017
Fotografias que revelam o espaço urbano nos livros didáticos de geografia	Alcimar Paulo Freisleben	UFRGS	Tese	2018
Composições e afetos com fotoáfricas exercícios de pensamento na educação geográfica	Raphaela de Toledo Desiderio	UFRGS	Tese	2017

Fonte: Mello e Pezzato (2019) adaptado pela a autora.

Após a seleção do *corpus* deste estudo foi elaborada uma síntese dos temas abordados nos documentos. Todas as pesquisas selecionadas mencionam os livros didáticos, mesmo que



não conste no resumo ou nas palavras-chave a temática é tratada de diversas formas pelos pesquisadores(as) nos cursos de Pós-Graduação em Geografia no Rio Grande do Sul e também no Nordeste do país. Nos anos de 2016, 2017 e 2018 as pesquisas relativas aos livros didáticos de Geografia apresentam o seguinte cenário.

A presença de avaliação de conteúdos como climatologia, paisagem e cartografia nos livros didáticos apontou alguns aspectos não retratados em algumas coleções. Rivaroli (2016) menciona o predomínio de imagens ilustrativas nas coleções analisadas em relação ao conteúdo de climatologia, assim sendo a diferença entre clima e tempo é ressaltada e há uma ênfase no clima de cada região, além de pouca relação com os demais aspectos físicos e sociais. A autora ainda comenta a pouca interação do conteúdo e a localidade dos alunos nos livros didáticos de Geografia.

Novack (2016) ao analisar o desenvolvimento da linguagem cartográfica nos anos iniciais retrata a forma fragmentada da temática apresentada nos livros didáticos e a pouca prioridade dos professores na seleção de livros didáticos de Geografia com relação a linguagem cartográfica. Ávila (2018) demonstra em sua pesquisa a associação da cartografia nos livros didáticos de Geografia ao sistema solar, coordenadas geográficas e pontos cardeais. Para a autora a cartografia é um instrumento potencializador dos saberes geográficos e uma alternativa para seu ensino são os mapas mentais para desenvolver a pluralidade de revelações da paisagem escolar.

A paisagem presente nos livros didáticos de Geografia segundo Junior (2018), é entendida como parcela visível do espaço. Além disso, nas coleções averiguadas o conteúdo aparece apenas nos livros do 6º do ensino fundamental. Para o autor, a Geografia apresentada nestas obras segue ideologias impostas pelo o Estado e demonstra uma visão hierárquica sobre as relações entre os lugares, distância da realidade. A região nordeste é retratada através de imagens da caatinga, da seca restringindo a paisagem da região, o autor salienta a pouca atenção dos professores na escolha das coleções em suas escolas. As alternativas propostas pelo autor para abordar o conteúdo são as aulas de campo e imagens antigas e atuais da cidade para ilustrar a transformação da paisagem.

Os estudos aqui analisados também ressaltam as transformações ocorridas nos formatos dos livros didáticos, pois as editoras já estão apresentando o livro didático digital, e o desenvolvimento de novas tecnologias começam a ser pensadas para o ambiente escolar. As pesquisas de Knuth (2016), Rauber (2016) e Silva (2018) apontam para esse cenário onde as



Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) estão contribuindo para o ensino e aprendizagem nas escolas, porém os autores enfatizam que nem todas as escolas oferecem uma infraestrutura adequada e os professores precisam se adaptar. Rauber (2016) evidencia que há falta de neutralidade nos livros didáticos e que não se resumem a um suporte pedagógico sem intencionalidade, porque as coleções muitas vezes seguem os interesses do mercado. De acordo com Knuth (2016) os professores estão organizando seu próprio material didático junto às secretarias de cada estado, mesmo existindo resistência de professores e das editoras para que suas coleções sejam escolhidas.

Bragelone (2017) pesquisa as condições para a formação de estudantes competentes, visto que a atitude dos professores também influencia no ensino-aprendizagem dos alunos. Segundo a autora, nas escolas analisadas em Natal/RN os livros didáticos são utilizados frequentemente nas aulas de Geografia, as tecnologias são pouco utilizadas. A autora cita também a necessidade de mobilizar os alunos a estudarem os conteúdos relacionados com sua realidade.

Nascimento (2018) em sua pesquisa acerca dos livros didáticos de Geografia destaca a influência do mercado editorial no Brasil na escolha dos professores dos materiais didáticos distribuídos nas escolas. O autor averiguou a presença de um ensino conteudista e enciclopédico em algumas coleções e em suas observações nas escolas acompanhou alunos percebendo as falhas contextuais nos livros didáticos empregados pelos professores.

Nunes (2017) em sua tese analisa a ordem do discurso geoescolar. Existem regras e prescrições que delimitam o certo ou o errado, além de relações de saber e poder a serviço da economia, economia de mercado. Em seu resgate histórico em torno da Geografia escolar aborda os livros didáticos nos anos de 1930 e 1970.

Teixeira (2016) analisou os livros didáticos de Geografia aprovados pelo PNLD do Campo, e sua investigação evidenciou apenas duas obras aprovadas em 2013 e 2016, nas quais os autores não possuem formação em Geografia e os conteúdos apresentados nestas coleções estão voltados para o cotidiano das cidades. As teses de Freisleben (2018) e Desidério (2017) ressaltam a importância das imagens nos livros didáticos. Freisleben (2018) averigua as imagens escolhidas para representar o espaço urbano e como elas são selecionadas para compor as coleções. Já Desidério (2017) realizou um estudo acerca das imagens escolhidas utilizadas para representar o continente africano nos livros didáticos de Geografia, pois geralmente são imagens que representam estereótipos e discursos eurocêntricos. A autora propõe que o ensino



sobre a África deve ocorrer pelo viés da alteridade. Assim sendo, através de colagens é possível ressaltar a África de afetos uma produção autoral dos alunos para contemplar uma outra visão sobre o continente. Diante disso, Silva (2018) também desenvolveu o Geozine baseado nas fanzines, este material criado com colagens, imagens prosas e versos pode potencializar o ensino e aprendizagem em torno do lugar onde os alunos vivem e não estão representados nos livros didáticos. As observações das aulas em escolas públicas de Juazeiro demonstraram lacunas nos livros didáticos utilizados nas escolas.

Através da avaliação dos documentos consultados percebe-se uma lacuna quanto ao estudo dos povos do campo especificamente nos livros didáticos de Geografia nos cursos de pós-graduação. Uma tese apenas analisou os conteúdos de coleções aprovadas pelo PNLD campo revelando que mesmo o programa existindo, os conteúdos são direcionados para um discurso urbano desconsiderando o cotidiano dos estudantes do campo. Dito isso, algumas das teses e dissertações versam sobre conceitos geográficos nos livros didáticos de geografia e enfatizam a análise do espaço urbano. Assim sendo, o levantamento permitiu averiguar a falta de pesquisas envolvendo profundamente o tema em questão, no entanto os estudos analisados contribuem para dimensionar a abordagem dos livros didáticos na pós-graduação e denota que as investigações apresentadas enfocam temas de suma importância para a ciência geografia, pois muitos desses temas estão sendo negligenciados em diversas coleções em circulação nas escolas brasileiras. Além disso, alguns dos estudos citados propõem metodologias para desenvolver os conteúdos em sala de aula afim de superar esta situação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegar nesta seção podemos concluir que o referencial teórico, no qual está pesquisa foi embasada retrata a polarização na distribuição dos conteúdos nos livros didáticos de Geografia, bem como a autonomia do (a) professor(a) no uso destes materiais em sala de aula. Além disso, a definição dos “povos do campo” e de “ educação do campo” evidencia a participação dos movimentos socioterritoriais do campo na luta pela terra e pela igualdade ao acesso à educação. A história nos relata o pouco interesse dos legisladores em realizar políticas públicas educacionais voltadas para a educação do campo. Dito isso, foi a partir da pressão popular que foi possível o desenvolvimento de políticas específicas para os estudantes do campo. Contudo, no cenário político atual, vem ocorrendo cortes nos recursos para os programas da educação do campo, e a extinção do Pronex, um marco para a educação do campo. Os interesses ruralistas são considerados e as necessidades dos habitantes do campo são deixadas de lado



evidenciando que muito ainda tem por ser feito neste âmbito, pois a educação no campo no Brasil não é uma luta encerrada, é um processo em curso permanente.

Diante disso, o Estado da arte realizado identifica a existência de diversos estudos envolvendo os livros didáticos relacionados a temas como: climatologia, cartografia, paisagem, livro digital, mercado editorial, análise imagética, representação do continente africano etc. Por outro lado, o estudo proposto evidenciou a pouca ênfase aos povos do campo nos livros didáticos de Geografia nos cursos de graduação e pós-graduação. Desse maneira, apenas uma tese abordou o PNLDCampo, na qual o autor destaca que mesmo havendo um programa específico para os livros didáticos do campo, algumas das coleções distribuídas nas escolas do campo verificou a invalorização dos povos do campo nas imagens e nos textos.

Por fim, este estudo demonstra a relevância e a urgência de pesquisas em torno dos livros didáticos e os povos do campo nos livros didáticos de Geografia, já que existem lacunas neste campo, nos últimos anos os estudos envolvendo estas obras cresceram no Brasil, porém é preciso refletir sobre o papel dos livros didáticos nas práticas dos professores de Geografia e nas políticas públicas educacionais específicas voltadas para a educação do campo, porque em alguns casos, como sugerem os estudos analisados mantem um discurso urbano e os livros didáticos não apresentam o protagonismo dos povos do campo. Nesse cenário os interesses neoliberais são considerados e muitas vezes o papel do professor precisa ser considerado para planejar estratégias de ensino e aprendizagem que contemplem o espaço rural evitando assim dicotomias entre rural X urbano. O cotidiano dos estudantes do campo precisa estar presente nas aulas de Geografia para fomentar o pensamento geográfico e a criticidade em sala de aula e os materiais utilizados devem ser de acordo com os objetivos de cada aula favorecendo a aprendizagem de modo eficaz.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. C.de. **O protagonismo do homem e da mulher do campo: análise dos livros didáticos de Geografia nos anos finais do ensino fundamental**. 2019. 72 f. Trabalho de Conclusão (Licenciatura em Geografia), Curso de Licenciatura em Geografia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

ALVES, C. T.S; ALMEIDA, J. C. de; VIEIRA, B. R. O ensino de Geografia em escolas do campo: percepções iniciais. Pelotas, **XV Seminário de Estudos Urbanos e Regionais**, seur. Disponível em:. Acesso em jun. 2021.

BARBOSA, L. P.; ROSSET, M. P. Movimentos sociais e educação do campo na América Latina: aprendizagens de um percurso histórico. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 13, n. 26, p. 22-48, set./dez. 2017.

BITTENCOURT, C. M.F. **Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber**



escolar. 1993. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

COPATTI, C. Livro didático de Geografia: da produção ao uso em sala de aula. **Élisée-Rev. De Geografia da UEG**, v.6, n 2, 2018. P. 74-93.

COPATTI, C; CALLAI, H. O ensino de Geografia em educação do campo e o uso do livro didático. **Contexto & Educação**, ano 33, n° 105, 2018. P.222-247.

FERREIRA, N.S. A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, ano 23, n°79, 2002.

KNUTH, L.R. **Possibilidades no ensino de geografia: o uso de tecnologias educacionais digitais**. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2016.

MEIRELES, M. M. Livro didático de geografia: narrativas, povos do campo e a produção de “não-existência”. **14º ENPEG- Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia**, 2019. P. 869-879.

MUNARIM, A; MOVIMENTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO: UMA TRAJETÓRIA EM CONSTRUÇÃO. In: **31º Reunião da Anpege (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa**. 2008. Disponível em:. Acesso em: jun. de 2021

RAUBER, J. **O livro didático de geografia: entre o impresso e o digital**. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, 2016.

RIVAROLI, S.P. **O ensino de fundamentos de climatologia nos livros didáticos de geografia do terceiro e quarto ciclo do ensino fundamental**. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2016.

ROMANOWSKI, J.P; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Diálogo Educ.**, Curitiba, v.6, n.19, p.37-50, 2006.

SILVA, J.S. **Ensino de geografia e experiência metodológica com a produção de livros digitais: é com um clique que se vira a página?**. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal do Rio Grande do Norte- Centro de Ensino Superior de Seridó-CERES-Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes-CCHLA, Programa de Pós-graduação em Geografia, mestrado profissional, 2018.

TEIXEIRA, C.C. **A geografia na educação do campo: possíveis contribuições**. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, 2016.

TONINI, I. M. **Identidades capturadas: gênero, geração e etnia na hierarquia territorial dos livros didáticos de geografia**. Tese (doutorado) -Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Porto Alegre, 2002.